

RACISMO ESTRUTURAL BRASILEIRO: UM CRIME QUASE PERFEITO

Acauam Oliveira¹

Resumo: Assim como a ditadura brasileira, nas reflexões de Safatle e Teles (2015), caracterizo o racismo no Brasil como um crime perfeito: sem memória, explícito e que estrutura as relações sociais. Com origem no pior modelo de abolicionismo (as políticas de branqueamento e a exclusão social sistemática), disfarçado na valorização do processo de mestiçagem da população, o racismo estrutural apaga a oposição branquitude e negritude, desqualifica a militância, silencia o protagonismo da pessoa negra e o pior: mata. Defendo que a identidade étnica é determinada pelas relações de poder e a violência: o não branco é aquele que morre e o branco é aquele que pode matar. No entanto, o racismo é um crime QUASE perfeito. Ele só não é um crime perfeito porque, se é verdade que o racismo é uma máquina de morte, não é menos verdadeiro que o negro aprendeu como se tornar uma poderosa tecnologia de resistência.

Palavras-chave: Racismo Estrutural; Identidade Étnica; Relações de Poder; Processos de Silenciamento.

Abstract: Just like the Brazilian dictatorship, in Safatle and Teles (2015) studies, I characterize the racism in Brazil like a perfect crime: without memory, explicit, which structures the social relations. Its origin is in the worst abolitionism model (the bleaching politics and the systematic social exclusion), disguised in the valorization of the population's miscegenation process, the structural racism erases the opposition between whiteness and blackness, disqualifies the militancy, silences the protagonism of the black person and even worse: it kills them. I argue that ethnic identity is determined by the power and violence relations: the non-white person is the one who dies and the white person is the one who can kill. However, the racism is an ALMOST perfect crime. It isn't a perfect crime just because, if it is true that the racism is a death machine, isn't less true that the black person learn how to became a powerful resistance technology.

Keywords: Structural Racism; Ethnic Identity; Power Relations; Silencing Processes

I

Bom, eu gostaria de partir de um texto do *Vladimir Safatle* que se chama 'Do uso da violência contra o Estado Ilegal' e que está numa coletânea de ensaios que se chama "O que resta da ditadura". Aliás, é interessante como o filósofo *Paulo Arantes* responde a essa pergunta sobre o legado da ditadura, porque ele vai dizer que o que resta da ditadura, após o processo de abertura para o regime democrático é absolutamente tudo, com exceção da ditadura.

O argumento inicial do *Safatle* é que a ditadura militar brasileira conseguiu realizar um feito absolutamente extraordinário em seu grau de horror. Segundo ele o Brasil foi o país que realizou de maneira mais bem acabada o **projeto nazista de 'crime perfeito'**, isto é, um **crime**

¹ Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo - USP

sem lastro e sem memória, que realizou a profecia mais monstruosa e espúria de todas. Um tipo de crime que elimina não só os sujeitos, mas a própria memória dos acontecimentos, eliminando inclusive a possibilidade de se chamar as coisas pelo nome.

Isso porque o Estado brasileiro nunca reconheceu, de fato, a ditadura como criminosa. Só um dos inúmeros torturadores até hoje foi a julgamento e atualmente ele é tratado como herói pelo miliciano que ocupa a cadeira da presidência da república; não houve justiça de transição; o Exército não fez nenhuma espécie de *mea culpa* de seus pendores golpistas e depois de mais de trinta anos do fim da ditadura ainda convivemos com o ocultamento de cadáveres, que é objeto de zombaria do gabinete do ódio.

O resultado de todo esse processo sistemático de esquecimento é que os crimes perpetuados pela ditadura não são reconhecidos como tal e, portanto, não se tornam objetos de luto. Pode-se dizer, portanto, que a ditadura nunca terminou de fato, o que significa dizer que aquilo que chamamos de democracia nada mais é do que uma **continuidade melancólica de padrões ditatoriais**. Pode parecer exagero, mas basta pensarmos que os principais aparelhos do regime ditatorial seguem em atuação no presente, sobretudo o sistema de segurança pública militarizado e os quadros políticos do regime militar que seguem participando ativamente da vida pública. Isso para não falar de uma figura como Bolsonaro, político acusado de envolvimento direto com as milícias, cujas origens também remontam aos quadros de grupos de extermínio forjados no interior da ditadura. Não é por acaso que no Brasil, ao contrário de outros países da América Latina, as **práticas de tortura** aumentaram em relação aos casos de tortura na época da ditadura. Nós nunca abandonamos esse modelo.

Portanto, para Safatle, a ditadura brasileira teria finalmente realizado o projeto que o nazismo não conseguiu por uma série de fatores, que variam desde a resistência judaica até a vitória dos aliados. A ditadura militar brasileira teria conseguido concretizar em um contexto periférico de matriz escravocrata, o projeto nazista de **crime sem memória**. Ou seja, aquilo que chamamos hoje de democracia **nada mais é do que a realização mais bem acabada do projeto ditatorial**. Em muitos sentidos, o projeto de democracia brasileira é uma invenção da própria ditadura, que continuou existindo a partir de outro regime de organização social.

II

Eu gostaria de partir dessa interpretação de Safatle para propor uma espécie de radicalização de seu ponto de vista. Pois a meu ver existe um crime ainda mais perfeito do que o da ditadura militar. Esse crime é tanto mais perfeito porque se estende ao longo da história

brasileira desde o período colonial, como uma ferida de origem aparentemente impossível de cicatrizar. **A sociedade brasileira não é apenas uma espécie de ditadura disfarçada sob trajes democráticos, como quer Safatle, mas é, sobretudo, um modelo de sociedade escravocrata sob trajes republicanos.** O Brasil se organiza enquanto nação a partir do projeto deliberado de manter inalteradas suas condições de dominação de matriz colonial, perpetuando mecanismos e tecnologias escravocratas adaptadas ao sistema democrático moderno.

Para entendermos melhor esse processo, cabe recuperarmos as análises do grande intelectual negro *Clóvis Moura*, que apresenta algumas das mais lúcidas interpretações do regime escravocrata ao colocar a noção de resistência negra em primeiro plano. Em geral, quando se pensa em abolicionismo, a primeira ideia que vem à cabeça é a imagem de um todo orgânico formado por negros, brancos e mestiços lutando por um ideal comum de liberdade republicana. Mas o que o Clóvis Moura vai mostrar ao longo de toda sua obra é justamente a tensão existente entre os diversos projetos abolicionistas. Existiam aqueles projetos mais radicais, como o de Luís Gama, que pensava não apenas no fim do cativeiro e do tráfico negreiro, mas também em modelos de inclusão do negro na sociedade pós-abolição, inclusive a partir de ideias radicais de reforma agrária; e modelos abolicionistas mais conservadores, que demonstravam uma preocupação muito maior com o destino dos senhores do que dos escravos. E existia ainda um outro modelo abolicionista que adotava uma perspectiva reacionária e eugenista, para o qual a abolição deveria funcionar como uma forma de se livrar dos negros a partir de políticas de branqueamento e exclusão social sistemática. Modelo, aliás, que era adotado por boa parte dos intelectuais e escritores, como o digníssimo senhor Joaquim Manoel de Macedo, também conhecido como *mister* ‘A Moreninha’.

Para *Clóvis Moura*, o paradigma de abolição que venceu por aqui foi precisamente o modelo conservador, que teve como resultado o desenvolvimento de um tipo de sociedade que passou do regime monárquico escravocrata para o regime republicano sem que fossem construídos formas e mecanismos de integração do negro à sociedade pós-abolição. Ou seja, o modelo de abolição vencedor, e que se transforma no paradigma daquilo que viria a ser a democracia brasileira, é justamente aquele que se coloca contra os negros e a favor dos senhores brancos. **Um modelo de abolição no qual os negros não são os novos sujeitos a serem integrados ao regime, mas o problema a ser resolvido.** E as respostas do Estado brasileiro para o negro pensado enquanto problema sempre foram apenas duas: **deixar morrer, e caso não funcione, tentar matar.**

É fácil perceber que esse sistema é exatamente o mesmo até hoje, e é a esse modelo que o Silvio Almeida vem tratando por **racismo estrutural**, ou seja, o mecanismo que torna

possível a perpetuação da escravidão no interior do Regime Republicano Democrático, e que perdura até hoje. Como diz o próprio Silvio, e aqui eu cito esse pequeno clássico contemporâneo, *o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea*.

O que nós chamamos de racismo estrutural, portanto, é a maneira que a classe proprietária brasileira encontrou de manter a mesma hierarquia racial que beneficiava os antigos proprietários de escravos no regime pós-abolição. Trata-se, pois, de um verdadeiro **paradigma nacional**, um dos seus pilares fundacionais, em funcionamento desde muito antes da ditadura. O *racismo* brasileiro nada mais é do que o sistema que organiza uma longa série de ‘crimes sem memória’, reatualizados cotidianamente na condição de ‘normalidade’.

III

Mas o que significa dizer que o racismo brasileiro é um sistema de crimes sem memória? Porque de uma determinada perspectiva, ele pode ser considerado quase que o oposto – um sistema que nos lembra o tempo todo que ele existe e estrutura as relações sociais. Nesse sentido, o racismo brasileiro é bem explícito, sendo atirado na nossa cara o tempo todo. Ele aparece nos corpos negros que lotam os programas policiais; nos diversos mecanismos de silenciamento que, contraditoriamente, são bastante ruidosos; nos índices crescentes de violência contra a comunidade negra etc. Um sistema que nos lembra continuamente de que aqui existe racismo e que alimenta a violência contra o negro de forma tão intensa e constante que não permite sequer a realização do luto.

E por que esse racismo é assim tão explícito? Porque ele precisa deixar muito claro para os brancos (e quando eu digo branco eu quero dizer Branco de verdade, Branco com B maiúsculo), que eles serão protegidos e preservados a todo custo. Que eles não têm absolutamente nada com o que se preocupar. Com isso quero dizer que o racismo brasileiro é uma estrutura social que funda a nação. Ou seja, o Brasil só existe enquanto país por meio do racismo, sendo uma sociedade construída literalmente sob cadáveres. E nesse sentido, o racismo é muito explícito. Ele é tão explícito que o menino Miguel morreu um dia depois dos protestos pelo *Black Lives Matter*. Ele morreu para deixar bem claro para todo mundo que tipo de país nós somos e qual o lugar que o negro deve ocupar nesse sistema.

Entretanto, existe um outro aspecto dessa questão. O *Florestan Fernandes*, um dos maiores sociólogos que o Brasil já teve, tem uma sacada muito boa nesse sentido. Ele costumava dizer que os brasileiros não têm vergonha de ser racistas, mas têm muita vergonha de dizer que

são racistas. Essa diferença é fundamental. Quando Florestan afirma que o brasileiro tem preconceito de ter preconceito, ele está dizendo o seguinte: o Brasil não esconde seu desprezo pelos negros, ao contrário, isso é evidente para qualquer um com o mínimo de vergonha na cara. Entretanto, esse mesmo sujeito não assume de forma alguma que é disso que se trata quando ele pratica atos de racismo. Mas ao contrário do que pode parecer à primeira vista, isso não é uma espécie de desvio de caráter ou de personalidade, nem um modelo particular de cinismo. É claro que pode ser isso, mas não é só isso, pois se trata de um modelo de organização estrutural da sociedade a tal ponto bem elaborado que o racismo efetivamente desaparece das possibilidades de representação.

A professora *Liv Sovik*, da UFRJ, coloca essa questão de forma bem interessante em seu livro ‘Aqui ninguém é branco’, publicado em 2009. Nessa obra ela se coloca a seguinte pergunta, relacionada a esse sistema de apagamentos do racismo brasileiro: afinal, quem é branco no Brasil? Notem o quanto essa pergunta subverte o senso comum, que no geral coloca a questão contrária, sobre a identidade do negro brasileiro. Principalmente quando se trata de se colocar CONTRA algum tipo de política afirmativa. Quem aqui nunca ouviu, por exemplo, de alguém que é contrário ao sistema de cotas raciais, que no Brasil não dá para saber quem é branco ou quem é negro porque, no fim das contas, somos uma sociedade mestiça?

O que a professora Sovik procura demonstrar em seu livro, a partir da análise de objetos culturais diversos, é que o racismo brasileiro cria uma tecnologia específica que desenvolve uma forma de regulação de **relações de visibilidade e invisibilidade**. Um sistema em que a mestiçagem adquire uma visibilidade excessiva e constante, enquanto negritude e branquitude sofrem processos contínuos de apagamento, em que cada uma ocupa polos opostos da equação: enquanto a branquitude desaparece por se confundir com a própria norma universal, a negritude desaparece para se tornar uma espécie de não lugar, o avesso desse universal branco.

O interessante do argumento, que não é novo, é que a condição de valorização da mestiçagem—que é bem explícita em Gilberto Freyre, marcada pelo trânsito contínuo entre raças e culturas e a conseqüente impossibilidade de delimitação racial rígida — só se torna possível a partir do ocultamento das categorias branco e negro que, no entanto, nunca deixam de funcionar, apesar de não serem colocadas totalmente as claras. Ou seja, o racismo brasileiro é ao mesmo tempo um processo de ultra exposição da violência racial e de sistemático apagamento das categorias raciais a partir das quais o racismo é tradicionalmente compreendido. É importante ressaltar mais uma vez que essa é uma forma social que emerge ainda no período colonial e, por isso, eu gostaria de apresentar um exemplo nesse sentido para tornar mais claro esse ponto.

Atualmente é de conhecimento comum que em algumas cidades do país, especialmente nas capitais, os negros alforriados e mesmo alguns escravizados por vezes podiam ter seus próprios escravos – mesmo que esta fosse uma prática bem pouco usual por razões óbvias. Esse argumento, aliás, hoje se encontra bastante difundido, sobretudo porque grupos de extrema-direita e liberais mal-intencionados adoram mobilizar esse tipo de argumentação para mostrar que os negros foram tão perversos quanto os brancos e que, portanto, eles são tão culpados quanto os brancos pela escravidão. É quase como se os liberais quisessem dizer que caso os negros do passado tivessem se esforçado mais eles poderiam ser proprietários de escravos também, porque a meritocracia já funcionava desde a época colonial.

De todo modo, essa percepção histórica é utilizada para sustentar que a escravidão brasileira era democrática a seu modo, ou pelo menos mais democrática que o modelo norte-americano, uma vez que não era delimitada por aspectos raciais: afinal, negros também poderiam ter seus próprios escravos assim como os brancos. Isso era uma garantia institucional. Vocês já devem ter ouvido argumentos desse tipo por aí. Mas veja bem: o que simplesmente desaparece nessa versão fantasiosa da história, que cria uma espécie de **‘escravidão meritocrática bizarra’**, é justamente o **recorte racial**, que está presente desde o início: **afinal de contas, se é verdade que em alguns contextos todas as raças poderiam formalmente possuir escravos, não é menos verdadeiro que esses escravos jamais poderiam ser brancos.** Isso é uma coisa muito óbvia, mas talvez não seja uma má ideia repetir nesse ano de 2020 (canceladíssimo, aliás). É esse o limite da fantasia meritocrática e que é também uma metáfora para a própria condição do ser negro nas sociedades capitalistas modernas: **todos podem possuir escravos, mas estes, sob nenhuma circunstância, serão brancos (e não por acaso é muito evidente o paralelo com a visão contemporânea de que todos podemos ser empreendedores)**. Ou seja, a delimitação racial rígida e jamais subvertida é a condição de possibilidade do caráter formalmente ‘democrático’ tanto da escravidão quanto da democracia propriamente dita. Assim como é condição de possibilidade do sistema mestiço de classificação social. Como nos mostra o filósofo camaronês *Achile Mbembe*, o racismo é a condição negativa de possibilidade da própria modernidade.

IV

Eu gostaria de apresentar agora, nesse segundo momento, alguns exemplos que demonstram de uma maneira mais concreta esses diversos mecanismos de silenciamento que caracterizam o racismo. E eu gostaria de partir inicialmente do processo de apagamento da

branquitude, sobretudo por ser algo bem menos estudado. Os estudos com relação a branquitude tem começado a tomar fôlego no Brasil tem pouco tempo. Afinal de contas, o branco é uma raça que não tem raça, como diz o Silvio Almeida, porque ele é a própria condição de universalização a partir da definição negativa do Outro.

E para falar de branquitude eu queria trazer uma cena bastante emblemática do *Bacurau*, que tem a vantagem de ser um filme que muita gente pôde assistir e que mobiliza muitas paixões. A cena em questão é aquela em que o casal de sudestinos, formado por uma carioca e um paulista — que a gente aprende a odiar desde a primeira cena — são humilhados e na sequência mortos pelos americanos fascistas. Para quem não se lembra, trata-se de uma das cenas mais conhecidas do filme, em que essas personagens que haviam trabalhado para os gringos para ajudar a localizar e entregar os habitantes de Bacurau para chacina, sentam-se na mesa com os caras depois de concluir o serviço. É uma cena que causa bastante tensão porque os fascistas americanos fazem questão de deixar bem claro desde o início que, da perspectiva deles, aqueles dois brasileiros não eram brancos. E no final eles são mortos.

Pois bem, um dos pressupostos dessa cena, que faz com que ela cumpra também um papel catártico para quem está torcendo pelo vilarejo de Bacurau, é que ela toca na ferida narcísica do branco brasileiro, que se julga branco aos olhos de seu próprio país, mas é humilhado assim que encontra algum grupo mais poderoso. Nós nos sentimos vingados quando vemos aquele senso de superioridade arrogante sendo jogado por terra. Só que a meu ver essa cena revela ainda outro aspecto fundamental, que tem menos a ver com um erro de percepção do casal do que com um acerto fundamental. Eu acredito que existe uma certa **compreensão equivocada por parte do público** da identidade racial do casal sudestino. Para dizer de uma vez, **eu acredito que essas personagens não estão de todo errado quando afirmam serem brancas, assim como os americanos também não estão de todo errado ao dizer que elas não são.** Ou seja, eles são brancos e não-brancos ao mesmo tempo, justamente porque a categoria raça não existe enquanto verdade absoluta, sendo intrinsecamente **relacional**.

No geral, o público ri do casal porque goza com o momento em que o filme revela que eles não eram os brancos que tão arrogantemente pensavam ser. E ri também da sua estupidez por acreditar nisso. Por isso achamos muito bem-feito quando os verdadeiros brancos — estrangeiros, naturalmente — colocam os traidores em seu devido lugar, punidos por se colocar contra seu próprio povo. Mas a questão a se investigar aqui é a seguinte: porque nós acreditamos tão facilmente quando os americanos afirmam ser o que são, ou seja, brancos? **Afinal de contas, a identidade étnica deles é tão ficcional quanto a dos sudestinos.** No fundo, o que está em questão é a percepção mais ou menos consciente por parte do público de que **o branco é aquele**

que, no limite, tem o poder de definir o não-branco a partir de seu poder de matar. Ou, como diz *Fanon*, branco é aquele que tem o poder de atribuir identidade aos outros sem que assuma uma identidade própria.

Ou seja, existe uma percepção implícita de que aquilo que fundamenta as identidades étnicas é, no limite, a violência. Como o não-branco é sempre aquele que morre, a conclusão a que o público chega é que os sudestinos não são brancos porque eles foram mortos – e é muito interessante que mesmo para um público progressista como o de Bacurau o não-branco segue definido a partir de sua morte, justamente porque o racismo estrutura a percepção de todo mundo de forma profunda.

Entretanto, me parece ser absolutamente fundamental realizar um segundo movimento **para escapar da armadilha encantatória** das identidades fixas. É preciso desconfiar da perspectiva dos americanos, reconhecendo que enquanto os sudestinos detinham o poder de matar, eles eram, efetivamente, brancos. Eles não estavam enganados em relação a sua identidade. Eles só deixam de ser brancos quando aparece alguém com maior poder de fogo e, portanto, maior poder de definição identitária. Ou seja, os motoqueiros estavam certos ao se reconhecerem enquanto brancos, porque o branco não é uma identidade com um conjunto específico de características, mas uma função no interior de uma estrutura definida pelo próprio racismo. Função essa que consiste na capacidade de estabelecer a identidade não-branca a partir da violência.

E porque eu considero importante afirmar a branquitude dos sudestinos do filme que se constrói em oposição à dinâmica muito mais livre e fluída de Bacurau? Porque caso deixemos escapar essa identidade, afirmando junto com os americanos que no fundo o casal não era branco, nós corremos o risco de perder de vista a dimensão relacional dessas identidades, que variam a partir de cada contexto, e passamos a compreender o racismo **em termos morais**, como um equívoco de percepção desses sujeitos e não como um conjunto de **práticas estruturais** que fundamentam a sociedade de maneira objetiva. É fundamental considerar brancos e negros não de forma absoluta, mas a partir de uma dinâmica relacional fundada a partir da violência racial.

O casal sudestino, portanto, não era racista por um equívoco de percepção, por um desvio moral, mas por um sistema de poder no qual eles se localizavam efetivamente no lado branco da força. O fato dessa branquitude poder ser revogada por um grupo ainda mais poderoso não significa que ela nunca tenha existido, que ela fosse uma miragem ideológica. **Significa apenas que ela não existe de forma absoluta, enquanto categoria a-histórica**. Porque senão corremos o risco de considerar que os verdadeiros brancos, com B maiúsculo, são

apenas aqueles que existem na Europa, ou seja, considerando que o branco é sempre um Outro distante que nunca se apresenta integralmente. Esse movimento faz perder de vista dois aspectos fundamentais: primeiro, que a identidade branca é uma ficção também na Europa, tanto quanto no Brasil; e segundo que tanto o branco quanto o negro são **efeitos do racismo** e, nesse sentido, existem em qualquer contexto em que o racismo esteja presente. **Pois essas identidades dizem respeito, em última instância, ao controle biopolítico dos corpos.** Isso significa que o racismo enquanto mecanismo de controle social vai sempre estabelecer diferenças entre brancos e não brancos a partir da seleção de quem deve morrer e quem pode matar. O que essa cena de Bacurau revela a partir de sua recepção é o quanto o pacto silencioso da branquitude escapa o tempo todo por entre nossos dedos.

V

Existe um outro aspecto da branquitude que é importante destacar. Pois além de ocultar sua própria identidade, a branquitude também se organiza enquanto um sistema de ocultamento de seus crimes. Ou seja, além de ocultar sua identidade, ela também apaga suas ações. A história da civilização Ocidental pode ser definida como a história do processo de silenciamento dos crimes da branquitude. Não por acaso o *Walter Benjamin* vai dizer que todo documento de cultura é também um documento de barbárie, e o *Edi Rock* vai dizer ‘desde o início, por ouro e prata, olha quem morre então veja você quem mata’. Essa é uma das características mais marcantes do racismo brasileiro, sua **amnésia seletiva e seus processos de silenciamento.**

Um exemplo concreto nesse sentido é que, a meu ver, a fórmula privilegiada do racismo no Brasil não é ‘Eu odeio negros’, sim outras mais indiretas, como ‘bandido bom é bandido morto’, por exemplo. Aliás, eu costumo dizer que o segredo para identificar um racista no Brasil consiste em não perguntar diretamente se a pessoa odeia negros, se considera os negros feios, ou inferiores. Provavelmente a pessoa em questão vai dizer que não e pode inclusive estar sendo sincero. Para identificar um racista no Brasil é necessário adotar métodos mais indiretos, perguntando, por exemplo, se a pessoa concorda com a ideia de que “bandido bom é bandido morto”. Arrisco dizer que essa é a fórmula racista brasileira por excelência nos dias de hoje. E se a pessoa responder que sim, ela está atolada no racismo até o pescoço.

E por quê? Porque esse enunciado autoriza que a polícia assassine jovens negros de periferia e que o sistema jurídico os condene enquanto absolve os brancos. Ao mesmo tempo, permite que a pessoa que pensa assim não se considere racista, pois afinal de contas ela é contra os bandidos e não contra os negros. Mas como o racismo é estrutural e, portanto, a gente tem

que considerar o efeito concreto das nossas práticas simbólicas, e como esse tipo de mentalidade tem por resultado a morte de jovens negros periféricos, não me parece nenhum exagero afirmar que se trata de um enunciado racista que, entretanto, não se enuncia enquanto tal. De fato, o Brasil inteiro pode ser considerado como esse grande sistema racista que não se enuncia enquanto tal. A fórmula do *Florestan Fernandes* serve como definição de todo um projeto nacional, e não só como definição de um conjunto de práticas de sujeitos em particular.

A sociedade brasileira é tão absurdamente racista, o racismo é tão naturalizado e se infiltra tão profundamente nas esferas jurídica, educacional, econômica, cultural e ideológica que mesmo um dado biológico essencialmente neutro como o Coronavírus mata mais negros do que brancos. Veja, o Corona não é bolsominion. Não é por isso que os negros morrem mais. Aliás, não é sequer certo dizer que o vírus está matando mais pessoas negras. O que segue nos matando é o racismo, que direciona e regula essas mortes. O conceito de racismo estrutural nada mais é do que a percepção de que a morte do nosso povo é um projeto nacional. Não é por acaso que nós morremos, não é porque somos mais propensos a violência e por isso a polícia nos mata. O negro morre no Brasil porque existe um projeto organizado para ser assim. Nesse sentido, me parece mais sociologicamente adequado pensar que a sociedade brasileira não se organiza enquanto um país, mas sim como aquilo que o **Facção Central definiu como ‘campo de extermínio a céu aberto’**. Um sistema cujo objetivo é promover o genocídio da comunidade negra para manter princípios, valores e modelos de segregação que existem desde o período colonial.

VI

Para finalizar, eu gostaria de me concentrar em um último aspecto dessa tecnologia de produção de esquecimentos. Pois outra coisa que é apagada da história do país é o protagonismo do povo negro na sociedade (que é hegemônico apenas em alguns setores específicos, como futebol, música popular e religiões afro). Isso é um movimento que a gente vê o tempo todo, em todos os lugares e se confunde com o próprio imaginário nacional. Para ficar só no campo da literatura, na história oficial Machado de Assis é branco, Castro Alves é mais importante que Luiz Gama e Joaquim de Macedo é mais importante do que a Maria Firmina dos Reis, a primeira romancista brasileira, negra e abolicionista. Ou seja, a história cultural do Brasil é narrada de ponta cabeça com o objetivo explícito de passar um pano para os brancos por meio do sistema de pactos da branquitude.

Um outro exemplo mais recente pôde ser visto com os protestos ocorridos no Brasil pelo assassinato do *George Floyd* nos EUA. Assim que os protestos tiveram início, alguns grupos imediatamente começaram a repetir aquela velha ladainha de que os negros americanos são mais ativos que os daqui, e que o movimento negro daqui não faz nada, e sei que lá sei que lá. Então vários intelectuais e militantes comprometidos com a luta antirracista tiveram que vir a público de novo, mais uma vez, para desmentir essa história, que é simplesmente falsa. Apenas para citar um exemplo, o Movimento Negro Brasileiro, depois de décadas de perseguição na ditadura, se unificou nacionalmente em 1978, criando o MNU, por conta da morte do feirante *Robson da Luz*, assassinado pela polícia (inclusive um exemplo que lembra muito o caso do George Floyd).

Aqui ocorre uma inversão curiosa, quando não simplesmente canalha: os brancos contam a história de uma forma totalmente enviesada e porca, de maneira a ocultar seus próprios crimes, e para isso precisam apresentar uma visão completamente distorcida dos fatos, porque a história da modernidade basicamente é a história das práticas de extermínio do povo branco – e daí para construir uma história em que esses caras são heróis, haja imaginação. E depois que eles constroem uma versão da história mais fantasiosa e mal-feita que a **Novela dos Mutantes**, eles acusam a negritude de não estar fazendo nada nesse enredo porco que eles inventaram. É rir para não chorar...

Um outro exemplo de silenciamento, agora no campo da esquerda, foi o assassinato brutal da vereadora *Marielle Franco*, um dos mais importantes acontecimentos políticos recentes, que tem servido como instrumento de articulação de diversos agentes em torno de pautas progressistas, inclusive por grupos que não são considerados historicamente como sendo de esquerda. Pode-se dizer que este foi o último grande acontecimento político envolvendo o campo progressista que conseguiu gerar uma grande comoção popular, para além de um conjunto de nichos específicos já consolidados.

Ora, a articulação dos sentidos políticos que envolvem a morte da Marielle é, sem sombra de dúvidas, uma vitória do movimento de mulheres negras, sendo, pois, fruto da articulação política e da revolta da comunidade negra brasileira. Não fosse a mobilização constante de um grupo como as Mães de Maio, por exemplo, entre outros, o luto pela memória de Marielle certamente não se tornaria um ato político. Entretanto, essa disposição racializada tende a ser progressivamente apagada a medida em que se torna um movimento mais geral. Não que as pessoas deixem de afirmar a disposição racista e de gênero evidente em seu assassinato, mas o mecanismo de dissociação do dispositivo, que envolve fatores múltiplos, faz com que essa luta progressivamente não seja vista como uma conquista dos negros brasileiros, mas uma

conquista mais geral da esquerda. Mais ou menos como se o Malcon-X fosse considerado uma liderança da esquerda branca.

Esses são apenas dois exemplos mais recentes de um movimento de negação da agência negra que se repete cotidianamente desde que convenciou-se considerar este território uma nação. E nesse sentido, o que os movimento políticos e culturais antirracistas se esforçam por fazer é tomar de volta a nossa história das mãos dos brancos, de modo a subverter a versão oficial e construir uma coletividade negra a partir de outras bases, que rompa com o pacto de silenciamento da branquitude e recupere a capacidade de nomear as coisas.

VII

Para finalizar eu gostaria de voltar ao título. Porque, afinal de contas, o racismo é um crime **QUASE** perfeito? Eu gostaria de chamar a atenção para esse quase, pois é por causa dele que nós estamos aqui hoje. Porque se o racismo fosse um crime perfeito, eu e muitos de vocês não estaríamos aqui para contar história, ocupando os bancos das universidades e promovendo eventos. Ele só não é um crime perfeito porque, se é verdade que o racismo é uma máquina de morte, não é menos verdadeiro que o negro aprendeu como se tornar uma poderosa tecnologia de resistência.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo, Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador, SciELO-EDUFBA, 2008.

MARX, Anthony W. **Making race and nation: A comparison of the United States, South Africa, and Brazil**. Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo, n-1 edições, 2018.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo, Editora Anita, 1994.

SOVIK, Liv Rebecca. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2009.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir Pinheiro. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2015.